



PROCESSO TCE Nº 21.814.2016-40
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Tomada de Contas
OBJETO : Tomada de Contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2015.
RESPONSÁVEL: Marcio Pereira Miranda
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

PARECER PRÉVIO Nº 699/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2015. CONTAS IRREGULARES. INCORREÇÕES NOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS. DESPESA DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE DEFINIDO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, reunido nesta data, em **Sessão Ordinária**, para dar cumprimento ao disposto no art. 23, § 1º, da Constituição Estadual, apreciou os autos do **Processo nº 21.814.2016-40 -TCE/AC** e, após exame dos documentos que instruíram o feito, à unanimidade, acolhendo as razões expostas e o voto do Conselheiro-Relator, e, ainda:

CONSIDERANDO o envio intempestivo da Prestação de Contas;

CONSIDERANDO o não encaminhamento a esta Corte de Contas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

CONSIDERANDO a abertura de crédito suplementar sem indicação dos recursos correspondentes;



CONSIDERANDO as inconsistências contábeis verificadas no balanço financeiro, restando a comprovar o saldo de R\$ 337,00 (trezentos e trinta e sete reais);

CONSIDERANDO a não aplicação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento) na saúde;

CONSIDERANDO a não aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) com a manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE;

CONSIDERANDO a despesa de pessoal além do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo 57,18% (cinquenta e sete inteiros e dezoito centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida;

CONSIDERANDO a não implantação do Controle Interno;

CONSIDERANDO o não encaminhamento das informações contábeis, fiscais e orçamentos da saúde e educação, para os respectivos sistemas;

CONSIDERANDO as contratações realizadas sem prévia licitação;

CONSIDERANDO a realização de despesas sem finalidade pública no montante de R\$ 128.056,60 (cento e vinte e oito mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos);

CONSIDERANDO as inconsistências no demonstrativo de concessão de diárias no valor de R\$ 100.440,00 (cem mil quatrocentos e quarenta reais) sem a devida prestação de contas;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 755/2013, que fixou os subsídios dos Secretários Municipais; não restar comprovada sua correta aplicação;

CONSIDERANDO as divergências no demonstrativo de obras contratadas;



CONSIDERANDO tudo mais que dos autos constam;

Resolve emitir **PARECER PRÉVIO** considerando **IRREGULARES** as Contas do Senhor **MARCIO PEREIRA MIRANDA**, Prefeito do Município de Xapuri, à época, referentes ao exercício de 2015, com fulcro no art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da LCE nº 38/93, em face das falhas e irregularidades apontadas e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Xapuri para o seu julgamento, após o prazo recursal, de acordo com o ordenamento Constitucional.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 11 de julho de 2019.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**



Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC



PROCESSO TCE Nº 21.814.2016-40
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Tomada de Contas
OBJETO : Tomada de Contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2015.
RESPONSÁVEL: Marcio Pereira Miranda
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.350/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2015. CONTAS IRREGULARES. INCORREÇÕES NOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS. DESPESA DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE DEFINIDO NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1) Pela condenação do Sr. Márcio Pereira Miranda**, ex-Prefeito Municipal de Xapuri, à devolução aos cofres municipais da quantia de **R\$ 228.496,60** (duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), acrescido de multa de **10% (dez por cento)** prevista no art. 88, da LCE 38/93, em razão da transferência de recursos ao CONDIAC **R\$ 101.056,60** (cento e um mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos) e **R\$ 27.000,00** (vinte e sete mil reais) à AMEX e do pagamento de diárias no valor de **R\$ 100.440,00** (cem mil quatrocentos e quarenta reais), sem a devida comprovação de sua regularidade; **2) Pela imputação de multa**, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil duzentos e oitenta reais) ao Senhor Márcio Pereira Miranda, ex-Prefeito do Município de Xapuri, de acordo com o art. 89, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das falhas e irregularidades praticadas; **3) Pelo desapensamento e arquivamento do processo TCE/AC nº. 21.832.2016-00**, relativo à Tomada de Contas de Gestão, da Prefeitura Municipal de Xapuri e do mesmo exercício; **4) Pela determinação ao atual gestor para recondução imediata dos valores da despesa de pessoal aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal**, caso ainda persista tal desatino; **5) Pela abertura de Processo Autônomo para apurar a legalidade do pagamento dos subsídios dos Agentes Políticos e respectivos atos**



*de nomeação, exoneração e pagamentos de verbas rescisórias, bem como a verificação da existência do Cargo de Subsecretário e apuração da legalidade na contratação da Sra. Elizete do Nascimento Araújo. **Após, pelo arquivamento dos autos.***

Rio Branco – Acre, 11 de julho de 2019.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**



Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC



PROCESSO TCE Nº 21.814.2016-40
ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri
NATUREZA : Tomada de Contas
OBJETO : Tomada de Contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2015.
RESPONSÁVEL: Marcio Pereira Miranda
RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Tomada de Contas da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. Márcio Pereira Miranda. A prestação de contas do exercício em análise foi a posteriori, em 26/06/2015, encaminhada pelo Gestor a esta Corte de Contas.

2. A receita arrecadada no exercício atingiu o montante de R\$ 26.002.531,36 (vinte e seis milhões dois mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos) e a Receita Corrente Líquida, calculada na forma estabelecida no art. 2º, inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançou o valor de R\$ 23.939.897,17 (vinte e três milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos);

3. A despesa total consolidada e empenhada no exercício atingiu o montante de R\$ 27.939.116,74 (vinte e sete milhões novecentos e trinta e nove mil cento e dezesseis reais e setenta e quatro centavos), revelando que as despesas executadas foram superiores à arrecadação das receitas no exercício sob análise, portanto, o resultado foi deficitário;

4. No que concerne aos gastos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, o Município aplicou um total de R\$ 3.552.590,43 (três milhões quinhentos e cinquenta e dois mil quinhentos e noventa reais e quarenta e três centavos), perfazendo **18,64%** (dezoito inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) da receita de impostos, compreendidas as transferências, na Manutenção e



Desenvolvimento do Ensino, **descumprindo** a exigência prevista no art. 212 da Constituição Federal;

5. Dos recursos oriundos do FUNDEB para remuneração dos profissionais do Magistério, verifica-se que o ente aplicou R\$ 2.901.398,93 (dois milhões novecentos e um mil trezentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos) que equivale a 74,17% (setenta e quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) dos recursos. Assim, o Município cumpriu o disposto no art. 22 da Lei 11.494/97, bem como o disposto no art. 60, XII, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias;

6. A aplicação nas ações e serviços de saúde foi de 14,55% (catorze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita de impostos e transferências, **descumprindo** o exigido pelo Art. 77, III, § 4º, da ADCT e Art. 7º da Lei Complementar 141/2012.

7. O repasse ao Poder Legislativo, no montante de R\$ 1.238.000,00 (um milhão duzentos e tinta e oito mil), **6,83%** (seis inteiros e oitenta e três centésimos por cento) da receita, sendo realizado dentro das limitações contidas no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

8. A análise dos autos apresentou, inicialmente, as seguintes falhas e/ou irregularidades apontadas pela DAFO:

8.1 – Envio intempestivo da Prestação de Contas, descumprindo o disposto no art. 23, § 1º, da Constituição Estadual e art. 2º, § 2º, inciso I, da Resolução TCE/AC nº. 87/2013;

8.2 - Descumprimento do art. 2º, § 1º, da Resolução TCEAC 83/2013, em razão do não encaminhamento a esta Corte de Contas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;



8.3 - Descumprimento aos dispostos no art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 e art. 167, V da Constituição Federal, em face da abertura de crédito suplementar sem indicação dos recursos correspondentes;

8.4 - Resultado deficitário na execução orçamentária, descumprindo assim o contido no art. 1º, §1º da Lei 101/2000 e art. 48, “b”, da Lei 4.320/64, sendo que a receita de R\$ 26.002.531,36 não cobriu a despesa de R\$ 27.939.116,74, mas o saldo financeiro para o exercício seguinte foi de 2.616.972,21, que cobriu os restos a pagar;

8.5 - Descumprimento, ao disposto no art. 103 da Lei Federal nº. 4.320/64, em virtude do saldo não comprovado de 1.548.180,88 (um milhão quinhentos e quarenta e oito mil cento e oitenta reais e oitenta e oito centavos), verificado no Balanço financeiro;

8.6- Infringência exigido pelo Art. 77, III, § 4º, da ADCT e Art. 7º da Lei Complementar 141/2012, em razão da não aplicação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento) de recursos próprios nas ações de e serviços de saúde;

8.7- Descumprimento do art. 212, da Constituição Federal, pela não aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) com a manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE;

8.8 - Gastos com despesa de pessoal além do permitido por lei, descumprindo o disposto no art. 20, inciso III, *alínea “b”*, da Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo 57,18% (cinquenta e sete inteiros e dezoito centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida;

8.9- Não funcionamento do Controle Interno, portanto, em desacordo com o preceituado na Resolução TCEAC nº 76/2012, art. 64 da Constituição Estadual e arts. 31 e 70 da Constituição Federal; e



8.10- Infração ao disposto nas Portarias nº 702/2014/STN e nº 53/2013 do Ministério da Saúde, pelo não encaminhamento das informações contábeis, fiscais e orçamentos da saúde e educação, para os respectivos sistemas;

9- Citados, o Gestor e o Contabilista, às fls. 62/63, foi solicitado a dilação de prazo, conforme se depreende da Certidão emitida pela Secretaria das Sessões à fl. 67, mas, no entanto, não apresentaram quaisquer documentos, conforme certidão de fl. 68.

10- O MPC, através do seu Ilustre Procurador, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se à fl. 71.

11- Às fls. 81/89, a 2ª Inspeção emitiu Técnico Relatório Complementar, onde foram analisados os atos de gestão do Sr. Márcio Pereira Miranda, após o apensamento aos autos da Prestação de Contas apresentada intempestivamente e neles foram apontadas ainda falhas/irregularidades nas contas de gestão:

11.1- Afronta à Lei Municipal 755/2013, que fixou os subsídios dos Secretários Municipais, onde foi apurado um montante passível de devolução no valor de R\$ 44.475,93 (quarenta e quatro mil quatrocentos de setenta e cinco reais e noventa e três centavos);

11.2- Infração aos dispostos contidos nos artigos 22, 23 e 24 da Lei Federal nº 8.666/93, em face de contratações sem prévia licitação prévia no valor de R\$ 2.111,007,66;

11.3- Inconsistência no pagamento de diárias, uma vez que não constam os valores efetivamente pagos a servidor, no valor de R\$ 100.440,00, contrariando o que dispõe o Anexo IV, do Manual de Referência da Resolução TCEAC nº 87/2013;

11.4- Realização de despesas sem finalidade pública, no valor de R\$ 128.056,60 (cento e vinte e oito mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos),



contrariando o disposto no art. 4º c/c art. 12, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64, sendo R\$ 101.056,60 ao CONDIAC sem Prestação de Contas e R\$ 27.000,00 à AMEX Associação dos Ministros Evangélicos de Xapuri;

11.5- Demonstrativos de obras contratadas incorreto, contrariando o contido no anexo IV do manual de referência TCEAC; e

11.6- Não envio dos anexos da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, em afronta ao disposto nos arts. 1º e 2º, da Resolução TCEAC nº 87/2013;

12- O Gestor Municipal, apresentou defesa às fls. 94/160 e 165/170. Apesar de regularmente citado, o Contador não apresentou defesa.

13- Após a análise da defesa e documentação juntada aos autos, a Inspeção, em seu novo Relatório Técnico Complementar às fls. 173/193, concluiu pela irregularidade das contas:

14- Às fls. 196/201, o gestor e o contabilista foram novamente citados para apresentarem defesa quanto aos atos de gestão. Apesar de regularmente citados não apresentaram defesa, conforme certidão expedida pela Secretaria das Sessões à fl. 202.

15- O MPC, através do seu Ilustre Procurador, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se às fls. 206/207.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 11 de julho de 2019.

Conselheiro Antonio Jorge Malheiro
Relator



PROCESSO TCE Nº 21.814.2016-40

ENTIDADE : Prefeitura Municipal de Xapuri

NATUREZA : Tomada de Contas

OBJETO : Tomada de Contas de Governo, da Prefeitura Municipal de Xapuri, exercício de 2015.

RESPONSÁVEL: Marcio Pereira Miranda

RELATOR : Cons. Antonio Jorge Malheiro

CONCLUSÃO E VOTO

Em face dos dados apresentados no presente processo, verifica-se que na análise técnica restaram apontadas as seguintes **falhas e irregularidades**:

Quanto às Contas de Governo:

- 1- Envio intempestivo da Prestação de Contas;
- 2- Não encaminhamento a esta Corte de Contas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- 3 - Abertura de crédito suplementar sem indicação dos recursos correspondentes;
- 4 - Inconsistências contábeis verificadas no balanço financeiro, restando a comprovar o saldo de R\$ 337,00 (trezentos e trinta e sete reais);
- 5- Aplicação na saúde de 14,55% (catorze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita, não atingindo o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) de recursos próprios nas ações e serviços de saúde;
- 6- Não aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) com a manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, ficou apenas em **18,64%** (dezoito inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento);



- 7 - Gastos com despesa de pessoal além do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo 57,18% (cinquenta e sete inteiros e dezoito centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida;
- 8- Não implantação do Controle Interno; e
- 9- Não encaminhamento das informações contábeis, fiscais e orçamentos da saúde e educação, para os respectivos sistemas.

Quanto às Contas de Gestão:

- 1- Face à Lei Municipal 755/2013, que fixou os subsídios dos Secretários Municipais; não restar comprovada sua correta aplicação;
- 2- Contratações sem licitação prévia no montante de R\$ 2.111.007,66 (dois milhões cento e onze mil sete reais e sessenta e seis centavos);
- 3- Inconsistência no demonstrativo de concessão de diárias no valor de R\$ 100.440,00 (cem mil quatrocentos e quarenta reais) sem a devida prestação de contas;
- 4- Realização de despesas sem finalidade pública no montante de R\$ 128.056,60 (cento e vinte e oito mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos), com pagamentos sem prestação de contas ao CONDIAC – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba de R\$ 101.056,60 (cento e um mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos) e à AMEX – Associação dos Ministros Evangélicos de Xapuri no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);
- 5- Divergências no Demonstrativo de obras contratadas.

Assim sendo, **VOTO:**



1 - Pela emissão de Parecer Prévio considerando **IRREGULARES** as Contas do Senhor Márcio Pereira Miranda, ex-Prefeito do Município de Xapuri, referentes ao exercício de 2015, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Xapuri para o seu julgamento, após o prazo recursal de acordo com o ordenamento constitucional, em face das **falhas e irregularidades** apontadas acima nas contas de governo:

1.1 Envio intempestivo da Prestação de Contas;

1.2 Não encaminhamento a esta Corte de Contas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

1.3 Abertura de crédito suplementar sem indicação dos recursos correspondentes;

1.4 Inconsistências contábeis verificadas no balanço financeiro, restando a comprovar o saldo de R\$ 337,00 (trezentos e trinta e sete reais);

1.5- Aplicação na saúde de 14,55% (catorze inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) da receita, não atingindo o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) de recursos próprios nas ações e serviços de saúde;

1.6 Não aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) com a manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, ficou apenas em **18,64%** (dezoito inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento);

1.7 Gastos com despesa de pessoal além do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo 57,18% (cinquenta e sete inteiros e dezoito centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida;

1.8 Não implantação do Controle Interno; e



1.9 Não encaminhamento das informações contábeis, fiscais e orçamentos da saúde e educação, para os respectivos sistemas.

2 - Em destaque, pela emissão de acórdão:

2.1 *Pela condenação do Sr. Márcio Pereira Miranda, Ex-Prefeito Municipal de Xapuri, à devolução aos cofres municipais da quantia de R\$ 228.496,60 (duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), acrescido de multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 88, da LCE 38/93, em razão da transferência de recursos ao CONDIAC R\$ 101.056,60 (cento e um mil cinquenta e seis reais e sessenta centavos) e R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) à AMEX e do pagamento de diárias no valor de R\$ 100.440,00 (cem mil quatrocentos e quarenta reais) sem a devida comprovação de sua regularidade;*

2.2 *Pela imputação de multa, no valor de R\$ 14.280,00 (catorze mil duzentos e oitenta reais) ao Senhor Márcio Pereira Miranda, ex-Prefeito do Município de Xapuri, de acordo com o art. 89, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face das falhas e irregularidades praticadas;*

2.3 *Pelo desapensamento e arquivamento do processo TCE/AC nº. 21.832.2016-00, relativo à Tomada de Contas de Gestão, da Prefeitura Municipal de Xapuri e do mesmo exercício;*

2.4 *Pela determinação ao atual gestor para recondução imediata dos valores da despesa de pessoal aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso ainda persista tal desatino;*

2.5 *Pela abertura de Processo Autônomo para apurar a legalidade do pagamento dos subsídios dos Agentes Políticos e respectivos atos de nomeação, exoneração e pagamentos de verbas rescisórias, bem como a verificação da existência*



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

do Cargo de Subsecretário e apuração da legalidade na contratação da Sra. Elizete do Nascimento Araújo;

2.6 *Após, pelo arquivamento dos autos.*

É como Voto.

Rio Branco-AC, 11 de julho de 2019.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator